



Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Secretaria-Executiva

Departamento de Governança Institucional

Coordenação-Geral de Governança de Fundos

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT - EXERCÍCIO 2021

Abertura: Aos 06 (seis) dias do mês de agosto de 2021, às 09h00, na Sala de Reunião Virtual, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mcti-cggf>, na Plataforma Conferência Web, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, foi iniciada a reunião, com a participação dos seguintes membros e convidados do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD/FNDCT): Sr. **Sergio Freitas de Almeida**, presidente substituto do CD/FNDCT; dos Conselheiros: **Waldemar Barroso Magno Neto**, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep; **Evaldo Ferreira Vilela**, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; **Anderson Lozi da Rocha**, representante suplente do Ministério da Educação; **Zarak de Oliveira Ferreira**; **Jackline de Souza Conca**, e **Fernando Sertã Meressi**, representantes titulares do Ministério da Economia; **General de Divisão Luiz Antônio Duizit Brito**, representante suplente do Ministério da Defesa; **Victor Pina Dias**, representante suplente do BNDES; **Guy de Capdeville**, representante suplente da Embrapa; dos representantes titulares da Comunidade Científica: **Carlos Augusto Grabois Gadelha e Anderson Stevens Leonidas Gomes**, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; **Helena Bonciani Nader**, representante titular, pela Academia Brasileira de Ciência - ABC; **Franklin Madruga Luzes Junior e Jorge Luis Nicolas Audy**, representantes titulares do Setor Empresarial, pela CNI; e **Antonio Renan Arrais**, representante titular dos Trabalhadores da área de C&T, pela CODEFAT, e ainda com a presença de membros das equipes técnicas da FINEP: Adriano Latarullo - Diretor Financeiro; Jorge Porto - Assessor da Diretoria Científica e Tecnológica; Marcelo Silva Bortolini de Castro - Diretor Científico e Tecnológico e Otávio Augusto Burgardt - Diretor de Inovação; Carlos Alberto Flora Baptistucci - Secretário Executivo Adjunto - SEXEC/MCTI; José Gustavo Sampaio Gontijo - Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital - DECTI/MCTI; Alexandre Augusto Villain da Silva - Assessor da SEXEC/MCTI; Fábio Eduardo Madioli - Assessor da SEXEC/MCTI; Johnny Ferreira dos Santos - Diretor de Gestão Estratégica - DGI/MCTI; Yuri Rafael Della Giustina - Coordenador-Geral de Governança de Fundos - CGGF/MCTI; Paula Regina Comin Cabral - Coordenadora de Gestão de Fundos - COGEF/MCTI; Lilian Rose Peters - Coordenadora de Monitoramento e Informações-Substituta - COMON/MCTI; Marcela Galo Teodoro, Assistente Técnico - CGGF/MCTI; Elenice Teresinha Thomas Carvalho, Assistente Técnico - COGEF/MCTI e Sílvia Cássia da Silva - CGGF/MCTI. O presidente substituto do CD/FNDCT, Sergio Freitas de Almeida deu início à reunião informando que foi encaminhado para o e-mail dos Conselheiros propondo que as deliberações de proposta orçamentárias fossem realizadas de forma eletrônica, no entanto, houve a manifestação da Conselheira Helena Nader e de outros conselheiros o pedido para que a deliberação não ocorresse por meio eletrônico, mas sim de modo tele presencial. A proposta foi acatada e na sequência, foi sugerido a realização de novas reuniões, ficando a próxima marcada para o dia 11/08/2021. Como o Conselho conta com 17 representantes, é necessário tempo hábil para as discussões, e na reunião de hoje serão ouvidas as razões que levaram a estas duas propostas para os dois anos e que serão recolhidas e colocadas em deliberação na 3ª RE. Dando continuidade, o Presidente Substituto do CD explicou que a finalidade desta reunião é dedicar o tempo ao máximo de discussões possíveis, onde as diversas propostas poderão ser consolidadas, vindo a ser aprovadas ou não, na reunião do dia 11/08. Salientou também que o Presidente do CD/FNDCT se encontra em viagem, com compromissos já assumidos anteriormente e informou também que o curto prazo entre uma reunião e outra, deve-se ao fato do cumprimento do cronograma e ressaltou ainda que a grande dificuldade para o ano de 2021 é colocar em prática as propostas e projetos que vierem a ser aprovados pelas instâncias do FNDCT até o final do ano. Em seguida, informou que o cenário para o ano de 2022 é

diferente, onde a proposta orçamentária de 2022 poderá ser discutida e deliberada já no mês de agosto, e caso aprovada, o ano de 2022 será iniciado com a realização das ações aprovadas pelos Comitês Gestores. Prosseguiu falando que o ano de 2021 é diferente dos demais, devido a aprovação da Lei Complementar nº 177, onde houve um grande avanço em relação aos anos anteriores, com a destinação de mais recursos para o FNDCT, também informou aos Conselheiros que nos anos de 2019 e 2020 os valores que foram alocados no FNDCT foram menores do que os disponíveis para o ano de 2021. Citou que em 2019 foram 950 milhões, e em 2020 928 milhões, já no ano de 2021 os valores partem de 3,67 bilhões, sem contar que os valores básicos para o ano 2022 serão superiores àqueles que foram encaminhados para os Conselheiros no e-mail de convocação das reuniões. Esta informação foi repassada pela SOF, no sentido de que os números de referência chegavam a 4,22 bilhões de reais, somente para os recursos não reembolsáveis e para os recursos reembolsáveis correspondem a mesma parcela e equivalem a 50%, correspondendo a 3,67 bilhões de não reembolsáveis para o ano 2021 e 4,22 bilhões para cada uma das modalidades (reembolsável e não reembolsável). Outra coisa importante que destacou é que para o ano de 2022 existe uma data a ser cumprida, fixada pelo ME, no sentido de inserir no sistema de orçamento público do governo, até o dia 12/08, os valores para o ano de 2022. Informou que a reunião deliberativa ocorrerá no dia 11/08, e estes valores deverão ser inseridos no sistema após a aprovação pelo Conselho. Por outro lado, destacou a importância de examinar o ano de 2022 neste momento, porque é possível visualizar de forma mais clara cada uma das ações que serão realizadas e os volume de recursos destinados para cada comitê setorial. Falou da importância de ver o cenário de uma forma mais abrangente e ampla não se fixando apenas em 2021. Recentemente, houve a aprovação pelo ME onde foram liberados 706 milhões para o FNDCT e o ME não se opôs à liberação dos recursos integrais do FNDCT que foram descontingenciados por força da Lei Complementar nº 177, mas informou que a liberação ocorrerá em parcelas, à medida que serão monitorados o desempenho da receita e do exame de teto de gastos. Antes de iniciar os debates, o presidente substituto do CD/FNDCT informou que fará algumas breves apresentações e falou que foi encaminhado aos conselheiros, via e-mail, algumas apresentações prévias, contendo os critérios e as premissas que levaram o MCTI a estabelecer aqueles valores informados nas planilhas, que foi feito visando atender o pedido feito pela Conselheira Helena Nader, que solicitou o pedido de reunião não eletrônica, bem como a apresentação de uma memória de cálculo demonstrando as razões que levaram a alocação dos recursos em cada uma das linhas/ações orçamentárias, com o título: **memória de cálculo, premissas e critérios** e que será objeto de apresentação pela FINEP. Na sequência, informou que serão três apresentações, sendo: informações genéricas para a compreensão do processo orçamentário, apresentação dos critérios e premissas a fim de explicar melhor os dados. Uma das questões que surgiram por força da liberação dos 706 milhões foi a necessidade de ver onde esses recursos serão alocados. Nas discussões internas realizadas, entendeu-se que os recursos deveriam ser utilizados para o pagamento de compromissos anteriormente assumidos pelo Conselho, alguns projetos já aprovados no ano de 2018 e que não haviam recebidos recursos, por falta de recursos. Com a primeira parcela, houve um razoável consenso no sentido de quitar esses valores atrasados, a fim de executar novas ações. Finalizando, informou que ocorrerão três apresentações, sendo uma delas a ser realizada pela FINEP e outra pelo CNPq. Solicitou aos Conselheiros que as perguntas fossem feitas ao final das apresentações e informou que a palavra será aberta a todos os Conselheiros, dispondo cada um de cinco minutos para fazer suas considerações, bem como seguir a ordem de inscrição para se pronunciar. Destacou ainda que estão participando da Reunião apenas os Conselheiros Titulares, e os suplentes dos titulares que não puderam comparecer, sendo eles: os representantes suplentes do MEC, Sr. Anderson Lozi da Rocha; do MD, o General de Divisão Luiz Antônio Duizit Brito; do BNDES, Victor Pina Dias e da Embrapa: Guy de Capdeville. Na sequência, passa a palavra ao Sr. Marcelo Silva Bortolini de Castro, Diretor Científico e Tecnológico da FINEP que passa a fazer a apresentação sobre os critérios e premissas adotados para as propostas. Com a palavra, o Sr. Bortolini iniciou a apresentação, seguindo a explanação sobre a LOA, plano anual de investimento e sobre a evolução do orçamento para 2021 e a proposta da LOA para 2022. Iniciou a apresentação falando da LOA, que é aquela que estabelece o orçamento anual estabelecendo os recursos destinados a receita, fixadas as despesas do governo federal, cuja proposta de Lei parte do poder Executivo, feito pelo ME, e quem define a LOA é o Congresso Nacional. Quando se trata do Plano Anual de Investimento do FNDCT (interno) que estabelece todas as ações que serão utilizados os recursos anuais do FNDCT, bem como para os próximos dois anos subsequentes, detalhando todas as atividades que serão executadas com recursos do Fundo, a deliberação cabe ao Conselho Diretor do FNDCT. No caso do Plano Anual de Investimento do FNDCT, a proposta parte do MCTI/FINEP e a deliberação é realizada pelos conselheiros do FNDCT. Informou que a previsão legal está na Lei nº 11.540 e na Portaria nº 7.252 que detalha como será a aprovação e o trâmite relacionado ao plano anual de investimento, tanto dos recursos não reembolsáveis como dos reembolsáveis. Em seguida, passou a detalhar como é o processo de elaboração do Plano Anual de Investimentos do FNDCT, que se inicia com as cartas propostas que são apresentadas pelos Conselheiros à Secretaria Executiva do MCTI, a qual realiza uma triagem. Caso as propostas tenham caráter setorial, são encaminhadas para os Comitês Setoriais, caso contrário, seguem

diretamente para o Comitê de Coordenação do Fundo, que irá consolidar e homologar as propostas advindas dos Comitês Setoriais. Em seguida, a Secretaria Executiva do MCTI em conjunto com a Finep irá estruturar e moldar a proposta do plano anual de investimentos, que posteriormente é submetido ao CD/FNDCT, o qual de forma soberana priorizará e definirá as ações a serem realizadas com os recursos do FNDCT. Após a aprovação do Plano Anual de Investimento, as Cartas Propostas são transformadas pela Secretaria Executiva do MCTI em Termos de Referência. Estes documentos são encaminhados para as agências de fomento: Finep e CNPq, como termos autorizativos para a utilização de recursos do FNDCT para que as agências possam implementar as ações de fomento. Dando continuidade, informou que a proposta de LOA deve partir do poder executivo no ano anterior e que, no início do ano corrente, a proposta de LOA é aprovada pelo Congresso Nacional. Em paralelo, são elaboradas as propostas de ações de fomento que chegam ao MCTI, seguindo a governança do FNDCT e são consolidadas no plano anual de investimento, que é submetido ao CD/FNDCT. Se as prioridades das ações não estiverem compatíveis com a distribuição orçamentária prevista na LOA, é possível fazer reajustes. Logo em seguida à aprovação do Plano Anual de Investimentos e após os reajustes no orçamento, as agências de fomento (Finep e CNPq) iniciam a execução das ações de fomento. Na sequência, informou que o ano de 2021 é ano atípico, que se iniciou com um orçamento original, a partir de uma proposta de LOA feita em 2020, no valor de aproximadamente 2,3 bilhões para o FNDCT, sendo que 510 milhões para ações não reembolsáveis e 1,7 bilhões para ações reembolsáveis. A Lei complementar nº 177 vetou o contingenciamento e há a necessidade de uma readequação orçamentária da ordem de 5 bilhões, o que não é algo trivial e simples. A premissa que está sendo seguida é a capacidade de execução orçamentária até o término do exercício financeiro de 2021. São apenas 100 dias até o final do ano para executar, além dos 510 milhões da LOA original, mais 2,7 bilhões de recursos não reembolsáveis que devem ser descontingenciados. Se trata de um volume muito grande de recursos para um prazo muito pequeno, onde a capacidade de execução orçamentária está sendo priorizada. Outro ponto é o atendimento dos dispositivos legais relacionados a alocação dos recursos e que permitem essa readequação e o orçamento inicial da LOA. Inicialmente havia o detalhamento para 510 milhões e, posteriormente, foi aprovado um crédito suplementar de 415 milhões, focado nas ações voltadas para as vacinas COVID. Aguarda-se um crédito suplementar de 706 milhões de recursos orçamentários não reembolsáveis. Tendo em vista a proximidade do final do ano, optou-se por apresentar as propostas de complementação dos recursos orçamentários de 2021, que ainda precisam ser descontingenciados, e a proposta de LOA para 2022 juntas. Na proposta de complementação de recursos ainda em 2021 avaliou-se a viabilidade da execução orçamentária para o final desse exercício, priorizando projetos em andamento e iniciativas que possam ser viabilizadas em curto prazo. Por outro lado, em 2022 a proposta é mais equilibrada em termos de ações setoriais e os recursos são mais distribuídos. Possíveis lacunas da proposta orçamentária de 2021 serão reforçadas na LOA 2022 com a ampliação das carteiras de novas iniciativas. Diante da complementaridade dos exercícios, a proposta é que as duas programações sejam apreciadas em conjunto, e com o orçamento de 2022 mais equilibrado, contemplando eventuais lacunas observadas na proposta de 2021. Projetos de iniciativa com mérito e relevância que não tenham condições de execução em 2021 podem e serão priorizados em 2022. Seguindo essas premissas, até o momento, existe uma proposta de distribuição dos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, totalizando hoje aproximadamente 5,3 bilhões de reais. Destacou que é ainda necessário trabalhar em uma nova proposta, para apreciação pelo CD/FNDCT, de uma próxima suplementação de recursos da ordem de 2 bilhões de reais. Essa proposta foi elaborada da seguinte forma: compromissos assumidos em exercícios anteriores pela Finep e CNPq; contratos celebrados e em andamento, que é onde está a maior probabilidade de execução; chamadas aprovadas em exercícios anteriores pelo CD/FNDCT e que ainda não foram contratadas; apoio de projetos a pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionado com a COVID, em especial ações voltadas para o desenvolvimento das vacinas; demandas de equalização; contratos de empréstimos celebrados pela FINEP e em andamento; retomada dos editais universais do CNPq; conclusão dos projetos dos INCTs do CNPq; continuidade das ações de implantação de recuperação e infraestrutura de pesquisa; ações transversais que permitem uma maior abrangência de projetos e garantem maior flexibilidade de execução; retomada das ações de subvenção econômica; apoio a editais voltados para inovação e demandas de taxa de administração e despesas operacionais da Finep. A seguir passou a apresentar uma tabela que demonstra etapa por etapa da constituição do orçamento de 2021 do FNDCT, desde a alocação de recursos por fundo setorial na LOA original, aprovada no ano passado, passando pela alocação da primeira e segunda suplementação, até a proposta de complementação para apreciação. Como a taxa de administração e despesas operacionais da Finep não podem ter uma ação orçamentária específica, elas precisaram ser diluídas proporcionalmente dentro das ações orçamentárias. Sendo assim, foi apresentada a proposta de como ficará a LOA final, com a distribuição dos 3,6 bilhões de recursos orçamentários do FNDCT. A partir dessa, descontando-se os valores orçamentários já alocados, foi apresentada a proposta para apreciação para alocação dos recursos não reembolsáveis do FNDCT que faltam ser alocados, no valor de 2 bilhões. Em seguida, foi apresentada a proposta de LOA de 2022, cujos valores estão distribuídos proporcionalmente em relação aos fundos de arrecadação, com exceção da equalização e participação no

capital, que dependem das ações em curso pela Finep, em função da demanda. Encerrada a apresentação do Sr. Marcelo Bortolini, o presidente substituto do CD/FNDCT destacou que foram muitos os critérios e premissas adotados para que se chegassem a estes valores. São demandas de diversas áreas, fatores que devem ser levados em consideração, com vistas a montar a melhor proposta possível. Informou ainda que foi possível perceber que a proposta apresentada para 2022, já contém 8,466 bilhões. Esta planilha é diferente da encaminhada juntamente com a convocação via e-mail no dia 27/07/2021, e conforme já informado, ainda não tinham os valores de referência passados pela SOF, ainda se estava trabalhando com os mesmos valores de 2021. Com o acréscimo da ordem de quase 20% para os recursos globais do Fundo, sendo metade para reembolsável e metade para não reembolsável, a discussão será feita com base na nova proposta no montante de 8,466 bilhões. Nesse sentido, pediu a compreensão dos Conselheiros no tocante a essa questão e informou que os valores precisam ser lançados no sistema de orçamento até o dia 12/08/2021. Na sequência, o Sr. Marcelo Bortolini deu continuidade a apresentação passando a falar acerca da alocação dos 706 milhões que seriam liberados em breve, com a destinação dos recursos prioritariamente para compromissos já assumidos; chamadas já aprovadas; apoio a projetos de pesquisa, dentre outros. Dando continuidade acerca da questão orçamentária, foi explanado aquilo que norteou a alocação de recursos de 2021 (Finep e CNPq). Passou a detalhar os compromissos assumidos pela Finep e já autorizados pelo CD/FNDCT em anos anteriores, onde existe uma carteira ativa de projetos não reembolsáveis contratados pela Finep que ultrapassa 1.000 projetos. Essa carteira é constituída de projetos com parcelas a serem liberadas anualmente em função do andamento destes projetos. Hoje há a necessidades de aproximadamente 396 milhões de reais, que não seria contemplada pela LOA original, caso não houvesse a Lei Complementar nº 177, vindo a acontecer o que tradicionalmente acontece: os projetos ficam aguardando recursos, porque não há recursos orçamentários. Com o descontingenciamento, o pagamento desses projetos está sendo priorizado. Outra prioridade são as contratações realizadas pela Finep em 2018, tais como as Chamadas INFRA 03 e INFRA 04, que foram parcialmente contratadas. Alguns projetos foram contratados, porém, não houve recursos para a contratação de todos os projetos, sendo o caso do INFRA 02 e Ação Transversal Projetos Institucionais. Assim, existe uma demanda represada desde o ano de 2018, da ordem de 78,8 milhões de reais e que poderão ser atendidas. O Sr. Marcelo Bortolini, informou que existe uma proposta da Finep para complementação de recursos para algumas chamadas de 2020, com o objetivo de atender à demanda qualificada que foi superior ao previsto em TR. Nessas chamadas houve mais demanda do que disponibilidade orçamentária. Nesse sentido, dada a necessidade de executar o orçamento em 2021, essas ações tem plena capacidade de execução orçamentária, porque são resultados de chamadas já realizadas. Essas chamadas já tem os seus resultados aprovados, mas, no entanto, só foi possível contemplar uma parte delas, pois não havia recursos disponíveis. Citou, por exemplo, a chamada de materiais avançados e minerais estratégicos, onde houve uma demanda qualificada de 162 milhões de reais, totalizando 108 projetos. Entretanto, o TR aportava apenas 10 milhões para esta chamada, o que possibilitou contratar apenas 5 propostas. Se o CD/FNDCT autorizar uma complementação nesse TR da ordem de 78 milhões, poderão ser contempladas mais 50 propostas, que possuem nota acima de 4. Caso sejam utilizados mais recursos, podendo chegar a 142 milhões, as propostas com nota acima de 3,5, num total de 94 projetos poderão ser contratados. Para contemplar a totalidade dos projetos, seriam necessários mais 156 milhões. Dentro da planilha apresentada, com a proposta para 2021, a opção mais conservadora é a opção 1, que é a de aportar 78 milhões. Na seleção pública, subvenção econômica à inovação para materiais avançados, de forma semelhante, houve 23 milhões de demanda para 26 propostas, mas só foram contratados 9 projetos até agora. Com mais 10 milhões, será possível contratar mais 12 projetos. A chamada de subvenção econômica para tecnologias assistivas, vai na mesma linha, precisando de uma suplementação de recursos da ordem de 14 milhões para atender até mais 10 projetos. A chamada de subvenção econômica para tecnologias 4.0 teve uma demanda explosiva para a Finep, com 1.190 propostas analisadas, que somaram uma demanda bruta de 1,7 bilhões. Após o processo seletivo, a demanda qualificada final dessa chamada foi de 309 projetos, totalizando 482 milhões. Com a limitação de recursos, só foram contratados 28 projetos, e para isso, existem 3 opções: podem ser aportados 60 milhões, contratar mais 34 projetos, ou aportar 237 milhões, e contratar 152, ou aportar 433 milhões nesta chamada e contratar 283 novos projetos. Finalizando a apresentação, o Sr. Marcelo Bortolini falou acerca da proposta de suplementação de recursos, para a chamada SOS equipamentos, que é feita semestralmente, para atender demanda de manutenção de equipamentos de grande porte. O histórico da chamada SOS é de uma demanda superior a 60 milhões/ano, mas o TR existente aporta apenas 12 milhões/ano. Em consequência, está sendo solicitado um aporte complementar neste TR de mais 38 milhões para 2021 e mais 38 milhões para 2022, que totalizaria 50 milhões/ano conseguindo atender melhor a demanda. Já as propostas de novas ações, serão discutidas pelos Comitês Gestores. Em seguida, o presidente substituto do CD/FNDCT sugeriu aos conselheiros que gostariam de falar, que as inscrições sejam feitas pelo chat (bate papo público) e falou acerca da boa diferença entre a proposta de 2022, com os valores de 7,3 bilhões para 2022 e durante essa semana, se obteve a informação que estes valores tiveram um aumento e chegariam a 8,4 bilhões. Para a

distribuição dos recursos, foi utilizada uma regra de três, cujos valores foram proporcionalmente calculados até atingir o montante de 8,4 bilhões. Informou também que foram excluídos os valores destinados a equalização (manteve-se o valor que estava orçado para 2022), bem como não haverá alteração dos valores para participação de capital. O Sr. Evaldo Vilela do CNPq cumprimentou a todos, e na sequência informou que a estratégia utilizada contempla, inicialmente as ações do CNPq, de imediato para a liberação deste recurso, que é da ordem de 706 milhões e dentro desta perspectiva foi projetado algumas ações para 2022, ou, para o final do ano de 2021, onde poderiam ser aportados dentro da segunda liberação dos recursos. Assim, a lógica adotada é que desse montante liberado, e em acerto com o MCTI, foi trabalhado com os valores de 560,6 milhões. Para o fim do ano, com a nova liberação, existe a previsão de liberação de 333 milhões, de pronto pagamento. Dando prosseguimento, informou também que existem ações de chamadas públicas, mas o CNPq trabalha no sentido de fazer chamadas de forma mais célere. A projeção para 2022, já conta com algumas propostas a serem apresentadas posteriormente, e que necessitam de mais discussões dentro do CNPq, Comunidade Científica e o MCTI. Passou a detalhar as ações para 2021, dentro dos 560,6 milhões, sendo o primeiro deles, a chamada universal, tradicionalmente de 200 milhões, cujos valores para 2021 são de 100 milhões e o mesmo montante para 2022. Com a possibilidade da complementação dos recursos que serão posteriormente liberados, ainda este ano, será possível pagar todo o edital universal ainda este ano. Destacou ainda que o Edital Universal irriga a ciência brasileira, e é uma chamada que dá oportunidade para projetos, no valor de 100 mil, que atendem, principalmente aos jovens pesquisadores, sendo considerado um projeto básico para a ciência brasileira. Já para os INCTS serão necessários 280 milhões para fazer a reposição do corte de 30%. Com esse compromisso, e em vista dos cortes que aconteceram naquele momento, com esta liberação do FNDCT será possível repor estes valores, visando dar continuidade às ações dos INCTS que representam grande parte da excelência da ciência brasileira, com muitas ligações com empresas e ligações internacionais de grande valor e significado para a ciência brasileira. No item 3, são demonstradas as ações de fomento, que correspondem aos valores que ainda não foram pagos, como por exemplo, o programa primeiro projeto, que auxilia a infraestrutura para novos projetos, que é onde nascem as novas ideias e é realizado em conjunto com as fundações de amparo à pesquisa dos estados. Deste programa ainda são devidos 7,5 milhões. Citou também o PRONEM, os ICTs, PRONEX, e chamadas de 2010 que ainda não foram possíveis serem pagas. Na sequência, passou a abordar os programas: RAI, que é realizado com MCTI e CNPq, cujo edital está perto do lançamento, no montante de 70 milhões; as bolsas para os institutos de pesquisa: 30 milhões e outros: como o programa de bioinsumos feito em parceria com o MAPA, no valor de 10 milhões; programa de mestrado e doutorado acadêmico: no mínimo 10 milhões; chamada de pós-doutorado júnior: 5,6 milhões; programa ciência na escola 100 milhões; popularização de C&T: 7 milhões; além do rede vírus: 18 milhões e o reator multipropósito brasileiro, que totalizam 560,6 milhões. Em seguida, citou as ações para pronto pagamento que entrarão em 2022: as chamadas de bolsas especiais: 26 milhões; PROTAX: 6 milhões; programa de pesquisas ecológicas e longa duração: 5 milhões e programa antártico: 3 milhões; programa de desenvolvimento científico e tecnológico regional: 10 milhões, além de chamada para formação de doutores: 2,5 milhões; chamada para formação de pesquisa em recursos humanos mestrado e doutorado: 5 milhões; e os INCTs: correspondendo a 5,5 milhões. Estes são os valores dos 560 milhões de pronto pagamento. Para a segunda leva, que acontecerá em 2022, a projeção é de 330 milhões, que será apresentada futuramente. Ao final, o Presidente do CNPq citou a questão internacional, que será abordada em 2022, com recursos do FNDCT, e com isso, voltará a ter mais ações internacionais que ficaram muito comprimidas com a indisponibilidade de recursos. Na sequência, o presidente substituto do CD/FNDCT, informou que será seguida a ordem de inscrições do chat para possíveis manifestações dos Conselheiros e o espaço será aberto para eventuais dúvidas. Franqueada a palavra aos Srs. Conselheiros, que iniciou com o Sr. Anderson Gomes da SBPC, ao tempo em que elogiou as apresentações, repassadas de forma muito esclarecedoras, agradeceu a participação nesta reunião e solicitou que os dados sejam repassados aos Conselheiros, em seguida, solicitou também, que devido à grande quantidade de informações das reuniões, seria importante que houvesse a participação dos suplentes, naturalmente sem direito a voto. O presidente substituto do CD/FNDCT solicitou que os dados sejam enviados aos Conselheiros e tratou acerca da segunda solicitação, que pelo seu ponto de vista não há nenhum problema, acerca da participação dos suplentes, sem direto a voz e voto nas reuniões do Conselho. Na sequência o Conselheiro Antônio Arrais da CODEFAT congratulou a todos os Conselheiros e parabenizou pelas apresentações, que foram expostas de forma muito esclarecedoras. Também falou que na condição de representante dos trabalhadores de C&T, gostaria de expor algumas manifestações: como o CODEFAT é um órgão tripartite, visando o desenvolvimento da tecnologia e da inovação, esclareceu que o intuito é trabalhar ao máximo os temas abordados nas reuniões, e questionou a capacidade de execução do MCTI para os próximos 100 dias úteis que faltam para o fechamento do ano fiscal de 2021. O segundo ponto questionado foi que na proposta orçamentária para 2022, a dotação para o CNPq é de 466 milhões e para as Organizações Sociais – OSs, a proposta é de 1,4 bilhões como dotação orçamentária, correspondendo a mais que o dobro do valor destinado ao CNPq. Ao final, solicitou a disponibilização da lista das OSs para todos os Conselheiros, ao

tempo que agradeceu o uso da palavra. Dando continuidade, o Presidente Substituto do CD/FNDCT informou que o cronograma é um tanto quanto desafiador, pois restam apenas 100 dias para empenhar recursos para cada uma das ações e projetos que vierem a ser aprovados pelo FNDCT. Da parte do MCTI, está sendo dado todo o apoio aos Comitês Gestores, providenciando junto ao ME aquilo que for necessário e informou que as convocações das reuniões dos Comitês Gestores serão enviadas, até segunda-feira, a fim de que os Comitês possam discutir todas as propostas que vierem a ser apresentadas. Esclareceu que o MCTI vem realizando esforços no sentido de que as reuniões, em todas as instâncias, possam ocorrer no menor espaço de tempo possível e existe um esforço a ser feito pelas principais instituições que operacionalizam as atividades do CD/FNDCT (Finep e CNPq), as quais estão engajadas para que o cronograma de 100 dias resulte na realização efetiva do maior número de operações possíveis. Ao final, solicitou ainda que os membros dos Comitês Setoriais apresentem suas propostas, a fim de repassar ao CD/FNDCT, respeitados os prazos regimentais. Em seguida, informou que são seis as OSs: EMBRAPPII, IMPA, CNPEM, CGEE, IDSM e RNP, e falou que essas instituições foram qualificadas e são regidas por meio de lei, trata-se de entidades privadas que prestam serviços na área de CT&I. As referências das OSs são sempre as melhores possíveis, pois são instituições que prestam serviço relevante à ciência e tecnologia e desenvolvem projetos, que em sua grande maioria, necessitam de recursos elevados. Citou o CNPEM, localizado em Campinas, que é uma instituição que impressiona, altamente respeitável e que vem demonstrando, ao longo do tempo, capacidade para executar seus projetos. Essa é uma das razões que é proposta a destinação de 25% dos recursos, com previsão legal, introduzidos através da Lei Complementar nº 177. Ressaltou também que elas não são mais importantes que as demais instituições, universidades ou centros de pesquisa. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Audy – CNI, parabenizou o MCTI e equipe pela apresentação esclarecedora e fez algumas considerações. Em relação a apresentação feita pelo CNPq, falou ser possível visualizar de forma clara a percepção acerca da destinação dos recursos. Solicitou, por parte da Finep maior esclarecimento com relação às OSs, explicitando com maior clareza onde serão alocados os recursos e quais os projetos para cada uma das ações. Também concordou com a fala do Conselheiro Anderson acerca da participação dos suplentes nas reuniões, que em caso de indisponibilidade dos titulares, possam ser devidamente representados pelos seus suplentes. Levantou ainda uma dúvida da reunião passada, que previa que o Conselho instituiria um grupo de trabalho, com representantes de todos os segmentos representados no CD, a fim de analisar e instruir este Conselho nas decisões da aprovação dos recursos do FNDCT. Questionou como está o andamento deste grupo de trabalho, e finalizou falando acerca da apresentação inicial realizada pelo Sr. Bortolini da Finep, que abordou, de forma clara, parte da legislação que rege o FNDCT. Outra dúvida foi em relação à definição do percentual acerca da destinação de 50% para os recursos reembolsáveis, questionou se esse percentual é definido em lei, ou se trata de até 50%, e se está sob a deliberação do Conselho. Finalizou sua fala com um agradecimento. A fim de esclarecer os questionamentos, o Presidente Substituto do CD/FNDCT informou que nesta e na próxima reunião será discutido o tema sobre a proposta orçamentária, e dando continuidade, falou sobre as OSs, e que os projetos ainda estão sendo recebidos, para saber quanto cada um desses projetos demandará de recursos. Neste momento, optou-se por destinar os 25%, autorizados por lei. As OSs são fiscalizadas pelo MCTI e neste momento está se discutindo um valor global para todas as OSs, ainda não existem linhas orçamentárias específicas de quanto cada uma receberá. Aprovadas as propostas orçamentárias, diversos projetos e ações serão discutidos pelos Comitês Setoriais, e será possível remanejar as dotações orçamentárias, através de portaria do ME, com solicitação feita pelo MCTI, caso seja necessário e desde que o projeto seja considerado relevante. As discussões do Conselho se resumem em intenções de futuros projetos e qual será a destinação dos recursos do FNDCT, e conforme já foi informado, poderá haver remanejamentos. Com relação ao questionamento do grupo de trabalho-UGT, foi uma solicitação realizada pelo Sr. Ministro e tem como finalidade atuar junto ao ME, para que se faça a liberação dos recursos do FNDCT em espaços de tempo mais curtos e nos montantes necessários. Para os próximos dias estão previstas rodadas de conversa com o ME, a fim de se obter informações e a liberação destes recursos no menor prazo possível. Sobre a destinação de 50%, informou que é até 50% e esse valor é repassado pelo ME. Falou que o MCTI está trabalhando para que esse percentual para os reembolsáveis seja o menor possível. Na sequência, o Presidente Substituto do CD/FNDCT esclareceu algumas dúvidas do Conselheiro Audy e foi dado prosseguimento à Reunião. Com a palavra, o Conselheiro Franklin Madruga da CNI parabenizou a equipe do MCTI e informou que a estratégia adotada pelo MCTI e que tem sua concordância, é a de avaliar os compromissos passados e honrados e acredita que esse estudo deveria ser feito para as OSs também, que tem compromissos assumidos e que não estão sendo honrados. Se a ideia é honrar os compromissos do passado, essa análise deveria ser feita de forma mais detalhada. Citou o exemplo da EMBRAPPII, que neste ano ainda não recebeu recursos, ao tempo que solicitou um detalhamento mais aprofundado. O presidente substituto do CD/FNDCT concordou e esclareceu que os compromissos deverão ser honrados e que com relação às OSs, não serão propostos novos projetos sem que os compromissos anteriores sejam quitados. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Gadelha saudou a todos e elogiou as apresentações realizadas, e falou que o relatório deve ter a mesma forma destas apresentações,

sugerindo que os documentos sejam consolidados e detalhados, o que facilita, a fim de demonstrar a importância do FNDCT para os órgãos de controle, onde os Conselheiros aprovam uma estratégia como um todo para os anos de 2021 e 2022, e não somente uma planilha. Levantou algumas questões importantes de modo sintético, mas pensando na deliberação que ocorrerá no dia 11 de agosto. Acerca da leitura dos recursos reembolsáveis sugeriu que na visão dos Conselheiros, até 75% dos recursos do FNDCT sejam recursos não reembolsáveis, mesmo que seja algo a ser negociado com o ME. Os recursos estão ficando empossados pela taxa de juros, e para que eles sejam alocados e executados deveria haver uma sinalização de 75%, considerado razoável a fim de fortalecer o sistema de CTI, para que o recurso não fique contingenciado. Questionou ainda, que em futuras propostas não haja a substituição de fontes, onde os recursos do FNDCT são recursos adicionais para a manutenção ordinária do orçamento das instituições. Falou ainda acerca do apoio aos projetos inovadores do CNPq, mas frisou que é importante deixar claro o que é a origem do FNDCT, que não devem ser utilizados para substituir a fonte ordinária de manutenção do sistema. Destacou ainda, inclusive do ponto de vista legal, que os recursos das OSs tenham uma programação de destinação de até 25%, mas para dentro da programação dos fundos setoriais e transversais. Por fim, falou acerca da arrecadação dos fundos setoriais, que arrecadam até 85% dos recursos e a aplicação fica somente com 13% das aplicações. Em síntese, a força dos recursos não reembolsáveis, fortalecimento de 75%, a não substituição de fontes e que para as OSs sejam aprovadas dentro dos 25% com um fortalecimento dos fundos setoriais que estão muito fragilizados. Colocou estas propostas sugerindo que sejam mais bem discutidas. Ao final, o Conselheiro agradeceu e parabenizou a todos pelas apresentações. O Presidente Substituto do CD/FNDCT, agradeceu ao Conselheiro Gadelha e, informou que a primeira sugestão do conselheiro foi a consolidação das apresentações de modo que isso se transformasse não apenas numa discussão, mas numa estratégia para a atuação do FNDCT, manifestando estar totalmente de acordo. Com relação à proposta de reforço, para trabalhar para que 75% dos recursos do Fundo sejam não reembolsáveis, manifestou sua concordância e informou que a visão da maioria das pessoas que trabalham com ciência e tecnologia entende que os recursos não reembolsáveis devem ser reforçados e que a informação que existem recursos reembolsáveis empossados, só reforça a necessidade de trabalhar para que os recursos não reembolsáveis, sejam os maiores possíveis, portanto informou que, embora não esteja em deliberação a proposta será acatada. Quanto à observação de que o Fundo não é fonte ordinária para a manutenção das atividades de custeio das instituições, manifestou 100% de concordância e informou que o Ministro Marcos Pontes, em todas as manifestações, tem sempre se referido ao fato de que: Orçamento do Ministério é uma coisa e Orçamento do FNDCT é outra. Esclareceu não haver qualquer intenção de se destinar recursos do Fundo para custear atividades que tem que ser custeadas com o orçamento do Ministério. Em relação ao fato de as OSs concorrerem com os diversos Comitês Setoriais, informou que pela primeira vez estão sendo destinados uma fatia grande de recursos para as OSs, que há projetos que irão demandar valores elevados para as OSs, muitas das iniciativas que serão trazidas aqui para deliberação deste Colegiado quando da apreciação do PAI, a exemplo das ações transversais, seguirão o mesmo caminho. Informou que serão tratadas duas situações distintas: uma são as propostas orçamentárias de 2021 e 2022, as quais são indicativas, que tem alguma flexibilidade de remanejamento entre ações orçamentárias e, outra coisa, é a discussão do Plano Anual de Investimento, este sim, vai conter as ações propostas por cada uma das instituições que apresentaram suas ideias, seus projetos, nos Comitês Setoriais e no Comitê de Coordenação do FNDCT. Isso vai acontecer para cada instituição que compõe o sistema de ciência e tecnologia inclusive as OSs, e a Governança que está prevista na Lei e no Decreto do FNDCT será observada. Em referência a reforçar Fundos Setoriais, informou ser possível, como já mencionado, fazer o remanejamento. Nada impede que sejam apresentados projetos de valores maiores em Comitês Setoriais que não têm tanto recurso, mas se o projeto for bom, ele irá subir para o CCF-FNDCT e CD-FNDCT como parte do Plano Anual de Investimento. Esses valores, alocados nos Comitês Setoriais, são passíveis de reforço. Não há dúvida por parte do MCTI em relação a isso, esses reforços podem ser feitos por meio de Portarias do ME, propostas pelo MCTI, nas janelas orçamentárias que ocorrem ao longo do ano. Em seguida, passou palavra para a próxima Conselheira inscrita, Helena Nader. Com a palavra a Conselheira Helena Nader, cumprimentou todos os Conselheiros e falou achar ser a única conselheira, tendo em vista não identificar nenhuma outra na exposição visual, agradeceu ao Presidente do Conselho em exercício pelas apresentações. Concordeu com as propostas apresentadas e reiterou o valor dos não reembolsáveis, esclarecendo que este ano o ME liberou 50%, e que seria necessário estudar a Lei porque o Congresso Nacional aprovou a LC nº 177, e o ME não liberou os recursos, então foi votado no Congresso Nacional, sendo que a maioria entendeu que estava votando a liberação dos 50% não reembolsáveis, mas foi reembolsável. Isso é válido para esse ano. A não ser que seja votada uma lei para o ano que vem, quanto a isso solicitou esclarecimento por parte do ME, entendeu ser viável o Conselho Diretor sobre reembolsável e não reembolsável. Informou ter conhecimento de que o MCTI e o ME estão estudando a taxa de juros, porque em qualquer país que faz inovação é o Estado que investe. Reiterou também que o CD não pode substituir orçamento. Esclareceu que o Conselheiro Franklin informou que não havia sido liberado, até agosto, nenhum recurso para a EMBRAPPII, deixando claro ser totalmente a favor das

OSs. Informou que foi ao Supremo defender as OSs, lembrando que estavam condenadas, junto com o ex Ministro, já falecido, Marco Antônio Raupp. Esclareceu que trabalho com o ex Ministro Kassab para a regulamentação das OSs, mas com projetos. Informou também que este CD já aportou recursos para OSs e que grande parte dos recursos destinado ao Sirius foi por meio do FNDCT. Esclareceu ser difícil entender que as OSs são responsáveis, praticamente, por 50% da ciência brasileira, e que sem as Universidades as OSs não sobreviveriam, é a parceria que acontece e, para tanto, tem que ter projeto e o projeto tem que ficar claro. Questionou o porquê de não aportamos muito recurso no Reator Multipropósito Brasileiro, o qual foi colocada a pedra fundamental e não avança, e o Brasil depende de insumos, por exemplo para a área médica. Entendeu que há necessidade de uma discussão para deixar bem claro, como ficou claro a questão da FINEP e CNPq, inclusive as pessoas que estão trabalhando nas OSs, na EMBRAPII, dependem das ICTs, não adiantando ter EMBRAPII se não tiverem as ICTs, a parceria com as Universidades e os Institutos de Pesquisa. É preciso estiver claro, inclusive para a EMBRAPII, como serão alocados os recursos, qual legislação, é preciso isto estar muito claro para ser levado à comunidade a qual represento. Finalizou parabenizando o Presidente Substituto do CD/FNDCT pela reunião de alto nível, com muito esclarecimento e troca de ideias, bem como solicitou explicação de o porquê a Marinha, por exemplo, não pediu recurso para Reator Multipropósito, que está com a Marinha do Brasil e não está saindo, há muito pouco recurso. Finalizou agradecendo a todos do MCTI pelo trabalho realizado. Em continuidade, o Presidente Substituto do CD/FNDCT, agradeceu as referências elogiosas sobre a reunião e fez um reparo à fala da professora Helena Nader quanto existência de uma segunda representante feminina no Conselho, a Sra. Jackline Conca do ME, enfatizando um aumento de 100% da composição feminina. Ato contínuo, a Professora Helena se desculpou pelo equívoco. Em relação ao reator multipropósito brasileiro, o Presidente Substituto do CD/FNDCT, informou que as ações relacionadas ao reator são capitaneadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, unidade vinculada ao MCTI, não sendo uma ação da Marinha e sim, conduzida pela CNEN, embora tenha assuntos relacionados à área nuclear que envolvem a Marinha também. Quanto a importância do Conselho opinar sobre a alocação dos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, manifestou a concordância do Ministério nessa questão, alegando a necessidade de opinar perante o ME e o governo como um todo, no sentido de que não se torne uma prática permanente a alocação de 50% para reembolsáveis, mas embora tenha havido a defesa dessa ideia em diversos encontros com representantes do ME, temos que trabalhar com essa limitação relacionada ao teto de gastos e outras considerações já mencionadas. Esclareceu que o Conselho tem sim que se posicionar e opinar, no sentido de que esses recursos, não reembolsáveis, que são considerados os mais importantes pela comunidade científica e por diversas áreas do setor de ciência, tecnologia e inovações, no sentido de que esse percentual seja reduzido. A proposta do Conselheiro Carlos Gadelha foi no sentido de que fosse 75%, o que vai ser colocado em deliberação na próxima reunião. Manifestou a concordância do MCTI em relação à questão dos radiofármacos, é uma crise estamos passando nesses últimos dias. Com a produção ameaçada de paralização por falta de recursos. Foram feitas gestões junto ao ME para que fossem liberados o mais rápido possível, recursos, em caráter emergencial, para a produção de radiofármacos. Informou que ontem foi aprovado a liberação de 34 milhões de um total de 88 milhões solicitados, que já será repassado à Comissão para a compra de insumos e produção dos radiofármacos. Em referência às OSs, informou que foi discutido a alocação de 25%, ainda sem definição da destinação para cada uma, e que projetos serão apresentados pelas OSs, passaram pela governança normal do Conselho Diretor do FNDCT e por todas as instâncias necessárias, e as iniciativas serão avaliadas, o mais rápido possível, para a discussão e aprovação do Plano Anual de Investimentos. Quanto às informações relacionadas ao ME, passou a palavra ao Conselheiro Zarak. Com a palavra o Conselheiro Zarak – ME, parabenizou o MCTI e equipe pela apresentação esclarecedora e manifestou sua concordância com a fala do Conselheiro Franklin sobre as obras e projetos que estão em andamento nas OSs ressaltando o Sirius. Esclareceu que o ME não está fazendo de forma deliberada a alteração da reserva de contingência para as novas programações e que o ME foi surpreendido com a aprovação da Lei Complementar 177, que não estava programado, e isso foi colocado não só para o Conselho, mas também para os órgãos de controle, que essas liberações seriam feitas ao longo do ano, de acordo com a disponibilidade no teto de gastos, na medida que fossem feitas as avaliações bimestrais, preconizadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que vem sendo feito ao longo desse período. Já foram liberados dos 5 bilhões da reserva, cerca de 3 bilhões, restando por volta de 2 bilhões que devem ser liberados durante o ano. Em setembro haverá uma nova reunião para elaboração do Relatório de Avaliação de Receita e Despesas, que é encaminhado para o Congresso Nacional e espera-se finalizar essa liberação ou, pelo menos, boa parte dela. Com a palavra, o presidente substituto do CD/FNDCT, Sergio Freitas de Almeida, reiniciou a reunião e concedeu a palavra ao Sr. Fernando Meressi - ME, que parabenizou pelas apresentações detalhadas e a estratégia para o gasto desse recurso adicional, priorizando compromissos já assumidos e as despesas já planejadas, bem como a previsão de utilização do recurso ao máximo respeitando a anualidade. Em relação às OSs ressaltou a ótima impressão que tem sobre as OSs, citando a RNP, a EMBRAPII, o CGEE, o IMPA, instituições muito importantes e que tiveram nos últimos anos uma severa restrição orçamentária. Esclareceu ser fundamental, quando da

elaboração do Plano Anual de Investimento -2021, analisar o gasto com base nos projetos, uma vez que haverá um salto no orçamento. Manifestou sua concordância com a proposta Orçamentária para 2021. Ressaltou que para 2022, os orçamentos das OSs continuam no máximo, porém como não há uma pressão na execução para não perder recursos, sugeriu que fosse levado em conta os projetos que apresentem um melhor resultado, uma vez que as OSs terão um salto no orçamento agora. O presidente substituto do CD/FNDCT, Sergio Freitas de Almeida, agradeceu a manifestação do Sr. Fernando e esclareceu que o que for destinado às OSs será fiscalizado pelo MCTI com base no Contrato de Gestão, passando pelo Conselho Diretor do FNDCT, previamente. Na sequência passou a palavra ao presidente da FINEP, General Barroso. O General Barroso manifestou estar grato por participar da reunião e como a mesma está sendo conduzida, bastante produtiva e externou seu reconhecimento pelas várias colaborações recebidas. Esclareceu que a FINEP terá cerca de 100 dias para implementar o PAI 2021 e frisou que já estão construindo a PLOA, em articulação com o MCTI, junto às Secretarias, trabalhando nas cartas propostas, nos termos de referência, ou seja, fazendo tudo para que o recurso seja bem empregado. Informou que no final do ano e o relatório é apresentado há várias observações e citou em especial uma do presidente da CAPES, que indicou que em um determinado relatório havia pouca interação entre os projetos e as ICTs. Mas quando chega ao final do relatório há muito pouco o que se fazer. Informou que em discussão com os diretores e com o secretário, a forma de se fazer um convite para visitar a FINEP, conhecer a FINEP, a qual agora está novamente no Edifício Praia do Flamengo 200, no Rio de Janeiro, para verem como a FINEP está trabalhando e seguindo as orientações do Conselho Diretor, a fim de viabilizar um trabalho conjunto para que ao final, na apresentação do relatório, não haja surpresas. Manifestou o desejo de que o trabalho de construção do Plano Anual de Investimento seja executado de modo colaborativo e reiterou o convite para que a FINEP receba o CD numa reunião presencial. O presidente substituto do CD/FNDCT, Sergio Freitas de Almeida, agradeceu a palavra do General Barroso e informou que o MCTI apoia a sugestão de promover a ida e realização de reuniões sobre temas do FNDCT lá na FINEP, no Rio de Janeiro, e ressaltou que as novas instalações são excelentes, com todas as condições de receber os membros do Conselho para reuniões relacionadas ao FNDCT. Informou que as planilhas do orçamento de 2021 e 2022 foram previamente encaminhadas, que a de 2022 sofreu uma alteração, para melhor, com valores maiores, as quais serão objeto de deliberação na próxima reunião. Passou a palavra ao Conselheiro Jorge Audy. O conselheiro Jorge Audy se manifestou em função da fala do General Barroso, esclarecendo que ficou feliz em saber do retorno da FINEP ao seu endereço tradicional bem como com entendeu muito importante a sugestão de encontro do CD na sede da FINEP. Destacou o papel da FINEP nos ecossistemas de inovação, que muitas vezes não é percebido, mas ela projetou e estruturou todo o Sistema Nacional de Ecossistemas de Inovação, desde o Porto Digital até o TecnoPuc, no Rio Grande do Sul, passando pelo Sapiens, pelo Guama, no Pará, realmente a FINEP foi a grande construtora desse processo que gerou o Sistema Nacional de Ecossistemas de Inovação. Sugeriu, havendo oportunidade, a retomada desse tema e parabenizou pela fala, o General Barroso. O General Barroso informou que o Diretor Marcelo Bortolini está tratando dos Espaços de Inovação, em articulação com a Secretaria de Empreendedorismo, o que vai além dos Parques Tecnológicos, cuja última iniciativa foi em 2013 e há necessidade de retomar esse assunto. Complementado a fala do presidente da FINEP, o Diretor Bortolini informou que já estão trabalhando nisso, já existe uma proposta elaborada em conjunto com o MCTI, com a participação do CONFAP e da AMPROTEC, tendo pelo menos “oito mãos” trabalhando nessa proposta de fomento à ambientes de inovação. Esclareceu que a proposta não foi apresentada na reunião porque ainda não passou pelos Comitês Gestores Setoriais, mas existe sim proposta nesse sentido. Com a palavra a Conselheira Jackline Conca do ME, parabenizou pelas apresentações, pela clareza, pela coerência, pelos critérios que foram adotados e trazidos pelo MCTI, capacidade de execução orçamentária, a continuidade de projetos em andamento, com uma discussão de altíssimo nível, com a apresentação de pontos muito relevantes pelos Conselheiros. Corroborou a abordagem trazida pelo MCTI, uma abordagem mais pragmática nas proposição das propostas orçamentárias, considerando o contexto em que estamos, o curto tempo pra execução do orçamento de 2021, e a necessidade de se aprovar o orçamento para 2022 ainda em agosto, considerando o que o próprio Secretário comentou quanto a flexibilidade para alterar em função dos projetos que serão apresentados, e no momento da construção do Plano de Investimento, quando há a oportunidade de um detalhamento maior dos projetos que serão deliberados aqui neste Conselho. Parabenizou a todos e agradeceu. Não havendo mais inscritos o presidente substituto do CD/FNDCT, Sergio Freitas de Almeida, informou que haverá dedicação integral para a aprovação de todos os projetos e iniciativas para 2021 antes do prazo fatal. Serão convocadas reuniões dos Comitês Gestores Setoriais, e que os secretários Marcelo Morales e Paulo Alvim, já enviaram um calendário de reuniões a serem promovidas, que há um prazo regimental de sete dias para a convocação e que a primeira reunião esta prevista para dia 18 de agosto, seguida das demais num menor prazo possível, e na sequência haverá a convocação para Reunião do Conselho Consultivo e, por fim do Conselho Diretor para a aprovação do Plano Anual de Investimento. Agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Sergio Freitas de Almeida
Presidente do Conselho Diretor do FNDCT
Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Freitas de Almeida, Secretário-Executivo**, em 11/11/2021, às 17:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8207100** e o código CRC **C2789573**.

Referência: Processo nº 01250.021707/2018-16

SEI nº 8207100